

São Paulo, uma evolução contraditória

Milton SANTOS

A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios, dos quais o mais importante lhe empresta o seu nome. Trata-se de uma aglomeração com dimensões gigantescas. Até 1870, o ralo de círculo que continha a área construída não ultrapassava 1km. Em nossos dias, o contínuo urbano alcança 80 km. na direção leste-oeste e 40 km. na direção norte-sul. Nesta segunda metade do século, a área construída cresce mais que a população.

A tablea abaixo mostra os números da area e da população desde 1930 ate agora.

<i>Ano</i>	<i>São Paulo</i>	
	<i>Área Urbanizada (em Km²)</i>	<i>População (aproximada)</i>
1930.....	130	1.000.000
1954.....	420	3.000.000
1965.....	550	6.500.000
1980.....	900	12.500.000
1987.....	1.523	15.000.000
1994.....		17.000.000

M. Santos, 1994 e estimativa.

A expansão territorial paulistana, posterior á introdução do automóvel, obedece a um modelo radial, comandado, desde o fim do século passado, por uma especulação imobiliária que contribui para criar numerosos vazios dentro da aglomeração e para assegurar disparidades no valor e no uso da terra, aumentadas pelo processo, recentemente agravado, de diferenciação social.

São Paulo é um grande centro industrial, certamente um dos maiores do mundo pelo número de operários. Deixando de fora a construção civil (400.000 pessoas ocupadas) são cerca de 2.100.000 empregados em fábricas de diversos tamanhos. Esses trabalhadores representam cerca de um terço da população ativa da área metropolitana, índice não igualado em nenhuma outra grande cidade brasileira (Porto Alegre: 25,6%; Curitiba: 18% e as demais ainda menos). O valor de sua produção industrial ultrapassa os 30% da produção nacional brasileira.

A PRODUÇÃO DA METRÓPOLE

A trajetória ascendente de São Paulo começa ao mesmo tempo em que a segunda Revolução Industrial se afirma na Europa, no último quartel do século XIX. É aí que se desenvolve a produção brasileira de café, com a «europização» da hinterlândia paulista. A modernização atinge a produção, o intercâmbio (transportes, comunicações, bancos) e o consumo (graça à importação, com numerosos imigrantes europeus, de hábitos e aspirações), fazendo do meio ambiente construído um dado propício às transformações sociais e econômicas. A cada movimento renovador da civilização material nos países centrais, São Paulo e seu retro-país reagem afirmativamente, adotando com presteza as inovações. Como isso se verifica na cidade e no campo, a influência recíproca entre essas duas áreas tem um papel multiplicador. A adoção continuada das modernidades sucessivas foi, durante um século, a condição do crescimento econômico praticamente não interrompido de São Paulo.

Antes dos anos 60, o território e o mercado brasileiro não era integrado pelos transportes modernos e o mercado não era unificado. O mercado principal de São Paulo eram as regiões Sul e Sudeste do Brasil, dotadas de portos e servidas por uma rede de rodovias e estradas de rodagem. Com a construção de Brasília e o «milagre brasileiro» unificam-se os transportes e as comunicações, assim como o mercado, à escala do país, o que vai beneficiar largamente a indústria paulista.

São Paulo se afirma, então, como a verdadeira metrópole econômica do país, pela importância de sua produção material, que tem um papel motor de outras atividades, mas igualmente, pelo peso de suas funções terciárias.

Além de se tornar um grande pólo industrial e comercial, São Paulo se afirma como centro financeiro do país. Essa tarefa cabia, tradicionalmente, ao Rio

de Janeiro, capital do país até 1960 e onde permaneceram várias instituições financeiras do governo, como o Banco Central e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, após a mudança da capital federal para Brasília. Mas a nova fase de crescimento econômico, iniciada no final da década de 60 e os processos mais recentes de globalização da economia brasileira vão atribuir um papel preponderante a São Paulo. Em 1981, 23% das sedes bancárias se encontravam em São Paulo; elas são 33% do total brasileiro em 1985. Entre 1968 e 1984, a parte do patrimônio líquido total do sistema bancário brasileiro que cabe aos bancos paulistas passa de 26% a 42% (H. K. Cordeiro, 1988, pp. 158 e 159). Nos últimos três anos, pelo menos uma dúzia de sedes bancárias de importância foram transferidas, do Rio de Janeiro para São Paulo, cujo fortalecimento como centro financeiro acarreta uma atração de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a sede da «holding» da FIAT, em 1990.

Entre os 5 bancos brasileiros com número maior de agências no estrangeiro, 4 se situam em São Paulo e o restante é um banco oficial cuja sede fica em Brasília. Dos 23 bancos comerciais estrangeiros, contados em 1989, 18 estavam em São Paulo e 5 no Rio de Janeiro (H. K. Cordeiro, 1990). Dos 41 bancos cujo controle acionário era estrangeiro, 28 estavam em São Paulo e 13 no Rio de Janeiro.

Se o Rio de Janeiro tem um papel marcante na indústria cultural, com a presença de um poderoso pólo televisivo e a quase totalidade da produção cinematográfica, São Paulo guarda uma posição predominante na atividade publicitária, reunindo não apenas o maior número (60%) como as maiores agências de publicidade do país. Entre as 11 agências com mais de 250 empregados, 9 estão em São Paulo e as outras duas no Rio de Janeiro e em Curitiba. Se, recentemente, há tendência a uma maior dispersão geográfica das agências de propaganda, a receita continua concentrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, em São Paulo. Até o início dos anos 80, a receita média das empresas do Rio ultrapassava a de São Paulo, mas já em 1985 a tendência inversa se afirma. São Paulo fica com 67% da receita do ramo.

São Paulo é o maior pólo universitário e de pesquisa do país, com mais de metade da produção científica, cerca de 45% das editoras e metade das revistas científicas consideradas relevantes.

É também em São Paulo onde se realiza o maior número de ligações telefônicas para o estrangeiro (cerca de 8 milhões em 1992, enquanto no Rio de Janeiro eram perto de 5 milhões), representando 43% das chamadas completas no tráfego internacional (eram 24% no Rio de Janeiro).

Tais atividades garantem a São Paulo so mesmo tempo um papel incontestado de metrópole econômica do Brasil, e também lhe asseguram um papel como cidade mundial.

A partir dos anos 60 —e coincidindo com a entrada do país em uma nova fase de crescimento acelerado— o desenvolvimento de São Paulo vai dar-se de

forma aparentemente contraditória. A cidade acumula riqueza, que redistribui com parcela significativa da população, alimenta a expansão de uma sólida e numerosa classe média e, ao mesmo tempo, revela a expansão da pobreza, com todas as manifestações correspondentes.

Enquanto São Paulo representa 10% da população nacional e menos de 11% da população da população ativa do país, aí se encontram mais de 20% das pessoas com rendimento superior a 10 salários mínimos, o que revela a importância de sua classe média em relação ao Brasil tomado como um todo. 4% da população ocupada ganhava mais de 20 salários mínimos em 1990, índice que, nas outras Regiões Metropolitanas, varia dos 1,5% de Fortaleza aos 3,6% de Porto Alegre, enquanto em nenhum outro caso o índice era superior a 2,9% (no Rio de Janeiro, eram 2,7% os que dispunham de renda comparável). São 48.000 famílias com renda superior a 100 mil dólares anuais em São Paulo (2,02% do total) enquanto no Rio essas famílias são 13.450 (0,83% do total). Paralelamente, mais de 850 mil pessoas (6,1% da força de trabalho) contavam com rendimentos mensais inferiores a 1 salário mínimo, em 1990.

Mais recentemente, graças ao movimento de desconcentração verificada, a aglomeração vê diminuir sua participação relativa na produção industrial e no producto bruto do país, ao mesmo tempo em que afirma o seu papel de pólo de decisão, transformando-se numa metrópole informacional.

Sem abandonar seu papel de metrópole industrial do país, São Paulo se torna também, a metrópole dos serviços, o centro incontestado das grandes decisões do mercado.

É, aliás, pelo fato de antes, haver conquistado a posição de capital industrial que São Paulo foi capaz de se tornar uma metrópole informacional. Esse fato tem uma sensível repercussão sobre o emprego. Se comparada à ocupação total, a parcela do emprego correspondente às atividades técnicas, científicas, artísticas e afins na Região Metropolitana de São Paulo, aumenta significativamente.

Tabla I

	<i>Emprego em actividades técnicas, científicas, artísticas e afins</i>	<i>Total do emprego</i>
1971.....	204.893	3.322.679
1976.....	408.144	4.380.045
1981.....	460.467	5.362.593
1986.....	580.548	6.549.124
1990.....	760.096	7.285.000

Fontes: PNAD. Regiões metropolitanas (RJ e SP), 1971; PNAD. Área Metropolitanas de São Paulo, 1976; PNAD. Regiões Metropolitanas, 1981, 1986 e 1990.

Enquanto o emprego total cresce 118,6% entre 1971 e 1990, o relativo às atividades acima anumeradas aumenta em 270,8%, mostrando uma adaptação à

modernidade e ao novo papel de comando metropolitano preenchido pela metrópole paulistana. Somente a título de exemplo, lembramos que uma metrópole como Curitiba reúne, nessas mesmas atividades, 61.962 empregos em 1981 e 65.001 em 1985.

Estamos, agora, diante do fenômeno da «metrópole transnacional» (H. K. CORDEIRO, 1988, p. 153). Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial. O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos da matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

São Paulo conhece, na verdade, a sua terceira vaga da mundialização. A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 60, enquanto a fase atual, baseada nas anteriores, é a da metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio.

Mas a participação da Região metropolitana de São Paulo na formação do producto interno bruto nacional está diminuindo, baixando de 25,46% em 1970 para 22,15% em 1982 e 19,91% em 1987. Esse resultado é, em grande parte, devido à baixa de sua contribuição relativa no valor da transformação industrial brasileira, que era de 41% em 1959, de 43,5% em 1970 e desce para 33,6% em 1980 e 30,6% em 1987. Em números absolutos, a Região Metropolitana de São Paulo não pára de crescer. Mas outras áreas do Estado de São Paulo e o Brasil tomado como todo crescem mais.

A INVOLUÇÃO METROPOLITANA

No decênio de 1980, enquanto no país tomado como um todo, os indicadores macro-econômicos revelam uma crise, um exame mais detalhado mostra que, ao contrário das grandes cidades, certas áreas não metropolitanas revelam uma tendência praticamente sustentada ao crescimento. No caso do Estado de São Paulo, a participação do Interior na formação da riqueza não pára de crescer, enquanto a contribuição da Grande São Paulo está em baixa.

Tabla II

	1980	1985	1988
Interior.....	39,8%	57,6%	59,4%
Grande São Paulo.....	60,2%	52,4%	40,6%

Fonte: EMPLASA, Sumário de Dados da Grande São Paulo (1980 a 1988).

Em 1988, a Grande São Paulo fica com 40,6% do total da riqueza produzida no Estado, mas é ultrapassada pelo Interior, a quem já cabem 59,4%. A renda

das regiões da hinterlândia que representava 13% do total brasileiro em 1970, alcança os 16% em 1982 (Ph. Gunn, 1985).

O valor adicionado localmente produzido na indústria, entre 1980 e 1988, somente apresenta evolução positiva nas cidades até 50 mil habitantes, com um índice de 2%, enquanto essa taxa era negativa nas aglomerações maiores: -2% nas cidades entre 50 e 250 mil, de -11% nas entre 250 e 1 milhão e de -21,3% nas aglomerações milionárias (O Estado de São Paulo, 28-1-1990).

Não se trata, apenas, de realocização industrial nas regiões do interior de São Paulo. Paralelamente à redistribuição da atividade fabril, aumenta a produtividade e a rentabilidade das fábricas, comparativamente à Região Metropolitana, segundo um estudo de Carlos Alberto Azzoni («Rentabilidade da indústria no interior de São Paulo», *Felha de São Paulo*, 23-3-1988). Quanto à produtividade da mão de obra (valor adicionado por empregado) e a partir dos resultados do Censo Industrial de 1980, regiões como as de Campinas, Vale do Paraíba, Baurú, etc. comparecem com índices superiores aos da Grande São Paulo. Quanto à rentabilidade (valor adicionado menos gastos com a mão de obra) essas mesmas regiões e mais outras duas, a de São José dos Campos e Taubaté, e a de Ribeirão Preto, apresentam níveis superiores.

O consumo de energia cresce mais depressa nas cidades menores.

Tabla III
Evolução do consumo de energia elétrica
entre 1980 e 1987 (em %)

<i>Cidade segundo tamanho</i>	<i>na indústria</i>	<i>no comércio</i>
até 50 mil	67,41	53,28
de 50 mil a 250 mil.....	47,77	56,15
de 250 mil a 1 milhão	30,39	45,66
mais de 1 milhão	24,32	40,78

Fonte: *Perfil dos Municípios Paulistas*, Fundação SEADE, 1989, *Folha de São Paulo*, 2-01-1990, e *O Estado de São Paulo*, 28-1-1990.

A tendência é confirmada com as novas ligações de energia elétrica na indústria, que aumentam de 57% nas cidades com menos de 50 mil habitantes, de 48% naqueles entre 50 mil e 1 milhão e de 18% nas em que a população supera 1 milhão.

A arrecadação de impostos também é maior no Interior do Estado. Entre 1980 e 1988, o faturamento do mais importante tributo, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cai no Estado como um todo, uma regressão de 16,2%, mas enquanto essa queda é bem maior na Região Metropolitana, baixando em 30, 72% no Interior verifica-se um crescimento de 5,72%.

Entre 1980 e 1988, o emprego cresce 9,8% em todo o Estado de São Paulo, segundo os dados do Ministério do Trabalho. Mas a evolução no Interior do Estado (14,2%) é mais significativa que na região Metropolitana (7,2%). Segundo um estudo da Federação das Indústrias, o interior de São Paulo contava com 35,7% da mão de obra industrial do Estado em 1980 e em 1988 seus 2.100.000 empregados industriais constituem 38% do total dos trabalhadores de fábricas (*Folha de São Paulo*, 27-11-1989). Quando ao emprego no setor terciário os percentuais permanecem praticamente inalterados; respectivamente 43,79% e 43,94% do total estadual em 1970 e 1980. Tudo indica ter havido uma propensão desde o último índice no último decênio.

Quanto à administração pública, verifica-se, desde 1980, uma aceleração na oferta de empregos no Interior, em relação ao Estado como um todo. Sendo o índice 100 para 1980, a oferta desses empregos em 1988 era de 129,52 na Grande São Paulo e de 166,25 no Interior.

Tabla IV
Empregos na administração pública
(em milhares)

	1980	1984	1988
Grande São Paulo.....	582,9	630,2	755,0
Interior.....	161,5	194,2	268,4
Estado de São Paulo.....	744,4	824,4	1.023,4

Fonte: PNAD e EMPLASA, Sumário de Dados da Grande São Paulo.

O movimento que conduz a uma evolução mais rápida do emprego nos setores secundário e terciário no Interior de São Paulo é, pois, relativamente recente, coincidindo com as grandes transformações que afetam o espaço e a sociedade, graças à expansão paralela do meio técnico-científico no Estado de São Paulo e da modernidade social e econômica contemporânea.

A QUALIDADE DE VIDA NO INTERIOR

Graças, de um lado, ao Programa de Desenvolvimento das Cidades aumento da terciarização, as capitais regionais (sedes das 42 Regiões Administrativas do Estado) vêm aumentar mais rapidamente o número de ligações residenciais de água, de esgotos e de energia elétrica e baixar mais rapidamente os coeficientes de mortalidade infantil, ainda que haja situação de desvantagem quanto à disponibilidade de leitos hospitalares.

Tabla V
Mudanças na composição setorial do emprego
na metrópole e no interior

	1940	1950	1960	1970	1980
<i>Sector Secundário</i>					
Metrópole	259.898 (60,66%)	502.133 (62,66%)	656.267 (62,31%)	1.295.886 (64,68%)	2.425.403 (60,66%)
Interior	168.580 (39,34%)	299.192 (37,34%)	397.043 (37,69%)	707.798 (35,32%)	1.530.039 (39,34%)
<i>Sector Terciário</i>					
Metrópole	275.892 (42,89%)	554.798 (48,92%)	1.081.720 (54,40%)	1.724.012 (56,12%)	2.838.033 (53,06%)
Interior	367.357 (57,11%)	579.357 (51,08%)	906.832 (45,60%)	1.343.316 (43,79%)	2.224.514 (43,94%)

Fonte: Adaptado de B. Negri, M. F. Gonçalves e W. Cano, 1988, pp. 74-75.

Os anos 70 marcam uma inflexão quanto á evolução do emprego, na Região Metropolitana e no Interior do Estado de São Paulo, com um aumento significativo da atividade nos setores secundário e terciário fora da Metrópole. Os ganhos no Interior são, todavia, maiores, quanto ao emprego fabril, tendência que é reforçada na década de 80. Tomando o índice 100 para 1980, o emprego na indústrias de transformação aparecem com o índice 102,5 na Região Metropolitana e o índice 118,4 no Interior, enquanto no setor serviços essas marcas eram 123 e 126 respectivamente.

Tabla VI
Nível de emprego, segundo setores de atividade, região metropolitana e interior do
estado de São Paulo, 1981, 1985, 1989
 (1980: INDICE 100)

Regiões/setores	1981	1985	1989
<i>Grande São Paulo. Total</i>	93,6	97,7	113,3
Extração Mineral.....	92,8	66,3	73,3
Ind. Transformação	85,4	90,8	102,5
Construãp Civil.....	106,1	74,8	99,7
Comercio	95,1	92,7	115,6
Serviços	99,2	103,0	123,0
Adm. Pública.....	102,7	115,3	127,2
<i>Interior de São Paulo. Total</i>	95,9	105,0	119,3
Extração mineral	90,0	70,0	84,6
Ind. Transformação	91,5	102,6	118,4
Construção civil	85,7	61,1	85,5
Comercio	95,6	95,3	114,1
Serviços	98,9	109,1	126,4
Adm. Pública.....	107,7	130,6	173,4

Fonte: Fundação SEADE/Governo do Estado de S. Paulo, 1992, p. 103.

Uma análise mais fina (Dedeca e Montagner, 1992) discute as variações positivas na distribuição dos ocupados na indústria de transformação no Interior e negativas na Região Metropolitana, mostrando, também, que o emprego nos serviços financeiros e em atividades de comunicação continua a se concentrar na Metrópole, enquanto nos serviços pessoais, domiciliares e de reparação e conservação bem como na administração, a vantagem vai ao Interior, como consequência da nova divisão do trabalho e da renda territorial.

Tabla VII
Evolução de certos indicadores escolhidos
1980: Índice 100

	1980		1985	
	<i>Região Metrop. de S. Paulo</i>	<i>Cidades médias</i>	<i>Região Metrop. de S. Paulo</i>	<i>Cidades Médias</i>
Leitos hospitalares por 1.000 hab.	100	100	111,54	89,58
Ligações residenciais de água/hab.	100	100	93,33	158,33
Ligações residenciais de esgotos/hab.	100	100	100,00	166,67
Ligações residenciais de energia eléctrica/hab.	100	100	105,56	110,53
Coefficiente de mortalidade infantil	100	100	95,4	93,4

Fonte: L.F.T. Claro, 1985, p. 34.

As estatísticas vitais favorecem, também, o Interior do Estado de São Paulo, em comparação com a Capital e a Região Metropolitana de São Paulo. Em 1985, a expectativa de vida era de 68,5 no interior e de 67,9 na Grande São Paulo (68,2 no município de São Paulo, tomado isoladamente). Já quanto à probabilidade de morte, ela era maior na Grande São Paulo que no Interior para os homens de 15 e 65 anos, e para homens e mulheres entre 0 e 5 anos. De cada mil nascidos no Interior, eram 30,8 os que morriam antes de completar um ano, esse índice subindo para 53,9 na Grande São Paulo (Carlos Eugênio Carvalho Ferreira, Revista *Conjuntura Demográfica*, n.º 9, Fundação SEADE, São Paulo, 1990).

Em 1982, a mortalidade infantil no Estado de São Paulo atinge 47,93% mas a diferença é flagrante entre a Grande São Paulo (52,65%) e o interior do Estado (42,76%) (Dados CAR/sec. Planejamento).

Um outro dado para se levar em conta quando se compara a qualidade de vida na Região Metropolitana e no Interior é o relativo às habitações subnormais. Enquanto na Grande São Paulo, somando-se cortiços, favela e outras formas inferiores de residência, o percentual facilmente ultrapassa 25%, a proporção de favelados na população urbana dos municípios do Interior recentemente estimada, revela índices bem inferiores:

Tabla VIII

Araçatuba.....	2,5%
Campinas.....	7,5%
Jundiaí.....	6,2%
Piracicaba.....	10,0%
São Carlos.....	1,0%
Araraquara.....	0
Bauru.....	1,2%
Ribeirão Preto.....	0,5%
S. José do Rio Preto.....	0,5%

M. F. GONÇALVES e V. C. SEMEGHINI, 1988, p. 28, Tab. 11.

É igualmente revelador o fato de que as taxas de analfabetismo sejam superiores na Grande São Paulo às registradas (1982) no Interior, isto é, 20,16% e 15,86% respectivamente (para o Estado de São Paulo como um todo o dado é 18%) (Dados CAR/Sec. Planejamento).

Nos dias atuais, as cidades intermediárias tocadas pelo processo de modernização agrícola ou industrial típico do período técnico científico conhecem um crescimento econômico considerável, enquanto é na grande cidade que se acumula a pobreza e atividades econômicas pobres, uma reversão em relação ao período anterior. O interior modernizado se desenvolve e a metrópole conhece taxas de crescimento relativamente menores.

Tais resultados parecem dever-se à desconcentração de atividades econômicas modernas sobre o território nacional e ao fato de que, como vemos para o Estado de São Paulo, o crescimento econômico de um bom número de regiões é maior, em termos relativos, que o da Região Metropolitana. Para certas áreas do interior, assim como para certos ramos da indústria e da agro-indústria, seria mesmo difícil empregar o termo *crise*, se as pudessemos considerar de maneira isolada em relação ao país. É sobretudo, na grande cidade onde a crise vai se localizar.

A evidência empírica nos permite falar de “involução metropolitana» devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vêm engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos que a cidade do capital monopolista não pode atender. A economia urbana se adapta a essa situação, segmentando-se, através do paralelismo de atividades com os mais

diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, e criando oportunidades de trabalho que ali não estariam se apenas existisse as empresas modernas.

A involução metropolitana pode ser constatada por, pelo menos, dois indicadores: 1) o produto interno bruto (PIB) cresce menos nas metrópoles que no país como um todo e em certas áreas de sua região de influência; 2) certos índices de qualidade de vida tendem a ser melhores no Interior de que nas Regiões Metropolitanas. Tais tendências se afirmam paralelamente à extensão da pobreza nas áreas metropolitanas, onde aumenta o chamado emprego informal. A metrópole não pára de crescer, mas outras áreas crescem mais depressa. A Metrópole continua o grande pólo econômico, enquanto a pobreza e os problemas correlatos se avolumam.

O fenômeno de involução metropolitana não pode ser confundido com a noção de «ruralização urbana», segundo a qual se acreditava que os urbanos recentemente instalados na cidade guardariam, por muito tempo ainda, comportamentos típicos do mundo rural. Agora, a chamada civilização urbana estende os seus tentáculos a todo o território e, mesmo, parcela substancial do êxodo é urbano-urbano.

ALGUNS PROBLEMAS METROPOLITANOS

A situação anteriormente descrita é o pano de fundo para a situação atualmente vivida na Região Metropolitana de São Paulo. O aspecto mais expressivo dessa situação é o emprego, cujo perfil não pára de se deteriorar durante os anos 80 e já, agora nos anos 90, mas igualmente são graves os problemas de habitação, dos transportes, da educação e da saúde, assim como os da marginalidade e violência.

Tabla IX
Região metropolitana de São Paulo
Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego Total

<i>Ano</i>	<i>População Economicamente Ativa-PEA (em mil)</i>	<i>Desempregados (em mil)</i>	<i>Desemprego (em %)</i>
1985.....	6.415	795	12,4
1986.....	6.665	647	9,7
1987.....	6.871	666	9,7
1988.....	6.933	652	9,4
1989.....	7.100	596	8,4
1990.....	7.285	809	11,1
1991.....	7.553	899	11,9
1992.....	7.784	1.253	16,1
1993.....	7.948	1.224	15,4

Fonte: SEADE - Pesquisa Emprego/Desemprego - 1993.

* Estimativa - Julho 1993.

As altas taxas de desemprego observadas ao longo do período 1985-1993 na R.M.S.P. são reflexos da economia brasileira como um todo. Nos anos de 1986 a 1989 as taxas de desemprego sofreram ligeira queda, passando de 9,7% da PEA em 1986 para 8,4% em 1989. Já a partir de 1990 as taxas de desemprego voltaram a crescer, sendo que o ano de 1992 apresentou o maior contingente de desempregados no período 85-93, com uma taxa de 16,1% o que traduzidos para números absolutos, significou 1.253.000 de pessoas fora do mercado formal de trabalho.

Paralelamente, cresce a participação no mercado de trabalho dos trabalhadores por conta própria, que reúnem 21,03% do total em janeiro de 1993, enquanto em 1986, eles eram 16,22%. Isso representa, em parte, uma reciclagem de trabalhadores desempregados. Por outro lado, eleva-se o percentual dos que aceitam trabalhar sem carteira assinada, isto é, sem registro legal. De um mínimo de 18,92% em 1989, seu percentual na força de trabalho passa a 22,20% em 1992, para situar-se em 22,85% em janeiro de 1993.

O desemprego é maior na periferia da Grande São Paulo do que no próprio município central (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1991, 1993, p. 522). Esse desemprego é sensivelmente mais forte entre os negros e entre os membros (não chefes) das famílias. (Idem, *Ibidem*, p. 524). De um modo geral, a situação de desemprego se agrava.

Se considerarmos as taxas de desemprego das pessoas com experiência anterior de trabalho assalariado (em relação à população economicamente ativa da região metropolitana de São Paulo) temos a seguinte evolução:

Tabla X

1988:	9,5%
1989:	8,6%
1990:	10,6%
1991:	12,5%
1993:	16,1%

Fonte: SEADE, 1991, apud *Folha de São Paulo*, 18-5-1993.

Cresce o recurso ao trabalho da mulher e das crianças, entre as classes menos favorecidas. Entre os 2.214.266 menores de 18 anos vivendo na Grande São Paulo em 1985, (PNAD, 1988), 573.400 estavam ativos no mercado de trabalho. Aqui, o grau de insegurança é ainda maior, pois deste apenas 196.131 apresentavam carteira de trabalho assinada.

O problema da habitação guarda inteira correlação com o resto da problemática metropolitana e constitui um aspecto visível de uma estrutura socioeconômica flagrantemente desigualitária. Estimativas recentes se referem a um «deficit» superior a 1 milhão de residências. Mas os dados de que se dispõem

para o conjunto da Região Metropolitana estão muito aquém da importância do problema, o que leva muitos autores a privilegiarem em sua análise o que se passa no município de São Paulo, enquanto uma consolidação estatística, igualmente necessária em muitos outros domínios, ainda espera sua vez. Dados existentes para certos municípios periféricos, nem sempre são comparáveis.

Em 1992, havia cerca de 3,9 milhões de domicílios na Região Metropolitana de São Paulo, dos quais cerca de metade ostentariam baixo padrão de qualidade (barracos, favelas e habitações precárias).

Menos de 28% do total dos domicílios eram alugados em 1990 (41% em 1972). O número absoluto e relativo de proprietários não cessa de crescer. Mas, entre estes avultam, de um lado, pessoas com renda elevada e, de outro lado, pessoas com renda muito baixa. Quem não pode pagar aluguel é obrigado a construir sua própria casa, com os meios com que conta e nos lugares disponíveis. Cerca de 70% das casas construídas em São Paulo são produtos da autoconstrução, atividade mais frequente na periferia, onde pode atingir mais de 90% do estoque de residências, em alguns municípios (Santos, 1990, p. 43).

A política oficial da habitação, conduzida pelo B.N.H. (Banco Nacional de Habitação) privilegiou o financiamento de casas e apartamentos para a classe média, enquanto as camadas mais pobres deviam encontrar, mal ou bem, suas próprias soluções. Daí a proliferação, até inícios dos anos 80, de loteamentos irregulares, com a expansão de bairros clandestinos. Daí para cá, paralelamente, ao processo de redemocratização e premidos pela crise econômica e social, os formuladores da política habitacional consagraram maiores recursos para a habitação da população de baixa renda, somando iniciativas dos três níveis de governo: nacional, estadual e municipal. Mas o déficit acumulado é tão significativo, quantitativa e qualitativamente, que um grande esforço ainda será necessário para remediar essa grave situação.

Uma parcela significativa da população dispõe de condições precárias de moradia. São, hoje, cerca de 1.100 mil vivendo em favelas, a maioria em zonas periféricas e mais de 3 milhões em cortiços, a maior parte em zonas centrais de deterioração.

Até recentemente, São Paulo praticamente não conhecia o fenômeno das favelas. Considerado apenas o município de São Paulo (e não a região metropolitana) moravam nas favelas em 1973 apenas 1,1% do total da população, enquanto em 1991, esse percentual é de 11,3% (M. Veras e Taschner, S. P., 1992). O número de favelados cresce 150% em 20 anos, já que eram apenas 71.000 em 1973. Há favelas de todos os tamanhos, a maior, Héliópolis, contando cerca 50.000 residentes. São mais de 1.600 favelas, mais de metade delas estando situadas na zona sul da cidade.

Os cortiços representam, hoje, o principal refúgio para os que não podem dispor de uma habitação adequada. Seu número aumentou rapidamente nos últimos anos e a crise do emprego e o preço do transporte estão entre as cau-

sas dessa evolução. Eram 125.000 moradores em 1975, 500.000 em 1982 e atualmente mais de 3 milhões de pessoas. Os encortiçados ocupavam cerca de 88.000 residências em 1987 (P. S. Pinheiro, 1992). O agravamento das condições de vida urbana ajuda a explicar o fenômeno. As áreas centrais são as mais propícias à criação de atividades e empregos não modernos ou informais e, desse modo, tendem a fixar população numa situação em que a queda da renda individual e familiar corresponde o aumento incessante do preço dos transportes.

Uma pesquisa publicada em 1986 pela municipalidade de São Paulo mostra a precariedade da vida nesses cortiços. Apenas 18,6% dos cômodos dispunham, internamente, de cozinhas e menos de 6% contavam com pontos de água independentes. Em quase 80% dos imóveis pesquisados, o número médio de pessoas por cômodo é de 2,6 e a área habitada varia de 7,6 a 15 metros quadrados.

Umhas 10.000 pessoas vivem nas ruas e debaixo de pontes e viadutos.

A população paulistana que vive em domicílios exíguos tende a crescer. Cerca de 41,4% dos domicílios permanentes contavam com apenas 1 dormitório em 1990 (cerca de 15,8% tinham mais de 3 dormitórios). Quanto menor a renda, maior a tendência ao confinamento.

As condições sanitárias são, ainda, precárias para uma boa parte da população. Se 72,2% das residências estão conectadas à rede geral de água, apenas 49,5% estão à rede de esgotos, segundo recenseamento de 1991.

De um modo geral, o problema da habitação resta inteiro.

Os transportes são outro grave problema da aglomeração, tanto pela sua carência numérica quanto pela sua qualidade e seu preço, que o torna proibitivo aos mais pobres. Entre 1987 e 1991, apesar do aumento da população metropolitana, o número total de viagens em transportes públicos permanece praticamente estacionário registrando, aliás, uma pequena diminuição (3.380 milhões em 1987, 3.355 milhões em 1991). Esses números encobrem o fato de que aumenta a participação do metrô e dos trens (de 25,3% para 29,4% do total), enquanto o transporte por ônibus vê reduzida sua parte. Considerados, porém, todos os modos de deslocamento, vê-se que as pessoas andando a pé passam de 25,23% em 1977 para 36,02% em 1987. Levando em conta as viagens motorizadas, cai a parte relativa aos transportes públicos e aumenta (de 39% em 1977 para 45% em 1987) a parcela correspondente aos transportes individuais.

De uma maneira geral, cai o índice de mobilidade dentro da Região Metropolitana de São Paulo entre 1977 e 1987, passando de 1,53 para 1,15 viagens por habitante. Mas enquanto para as pessoas sem instrução primária havia uma queda de 0,86 para 0,58, entre os que tinham educação universitária a queda é de 3,26 para 2,81. Levando, também, em conta o critério da renda per-capita, e excluído o Centro da cidade, o índice de mobilidade era de 2,48 no conjunto de bairros de população com renda mais alta e de 0,62 naqueles com renda mais baixa.

Se apenas considerarmos o Município de São Paulo (e não toda a Região Metropolitana), para o qual há dados recentes disponíveis, a diminuição do número de passageiros transportados é considerável com uma redução de quase 4% entre 1992 e 1993. Mas, o número de ônibus em circulação conhece uma baixa de quase 12%.

Em anos recentes, várias tentativas foram feitas para adequar os serviços às necessidades da população, e, num primeiro momento, na administração anterior à atual, a frota em movimento foi ampliada. O projeto da presente administração é a privatização do serviço em dois anos, ficando a municipalidade encarregada do gerenciamento do sistema e do seu desenvolvimento tecnológico.

O problema de atendimento à saúde também não encontra a resposta adequada. Se aumenta o número absoluto de médicos, o índice de médicos por habitante diminui. Entre 1977 e 1987, também cai o número de leitos disponíveis e a disponibilidade de pessoas de apoio (G. F. Santos, 1992, p. 33). Há uma degradação geral do sistema de saúde e uma crise se instala na rede assistencial. A taxa de ocupação de leitos é de apenas 73%, já que em muitos hospitais seções inteiras foram fechadas. A distribuição geográfica dos hospitais é, também, causa de desigualdade no atendimento. Quase 67% dos hospitais públicos e privados se situam nas áreas centrais, mas é nestes bairros privilegiados que se encontram 40 dos 54 hospitais públicos (Seade, 1993).

O problema da educação é também crítico. Cerca de 11% dos jovens com menos de 17 anos estão, ao mesmo tempo, fora do mercado de trabalho e fora da escola, apesar dos esforços recentemente feitos para aliviar a situação. A matrícula geral no esimo de 1º Grau cresce mais depressa que a população, passando de 2.137 mil em 1980 para 3.107 mil em 1991. No 2º Grau, os números são ainda mais expressivos, passando de 361 mil para 533 mil no mesmo período. No ensino primário é a rede privada que cresce mais, enquanto no ensino secundário os ganhos verificados são sobretudo na rede pública. (*Perfil Municipal 1993*, Fundação SEADE, p. 22).

Como em outras grandes metrópoles do Terceiro Mundo a problemática do meio-ambiente também está presente em São Paulo e se revela segundo diversos ângulos. A preocupação com os mananciais de água que servem à aglomeração, principal tarefa de EMPLASA, deu origem a vasta campanha e, mesmo, a uma legislação para protegê-los, buscando orientar em outro sentido a expansão urbana. Mas, ao contrário do que havia sido proposto, a cidade teve uma parcela significativa do seu crescimento espontâneo dirigido a essas áreas protegidas, aumentando consideravelmente os índices de poluição dos reservatórios e obrigando a um esforço redobrado da CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental). Esta instituição tem obtido mais êxito junto aos principais emissores de poeira, pois as 162 empresas majoritariamente responsáveis por esse tipo de poluição (96% do material particulado emitido total) foram notificadas pela CETESB e a quase totalidade adotou os procedimentos reco-

mendados. Todavía, os padrões de qualidade são ultrapassados, tanto para a poeira em suspensão, quanto para a fumaça. O padrão de qualidade do ar, para ozônio, monóxido de carbono e dióxido de enxofre é rotineiramente excedido, apesar dos esforços da CETESB, que se obriga a medidas adicionais durante o inverno, nos períodos de inversão térmica, sobretudo nas áreas centrais de uma aglomeração onde há 4.500.000 de veículos a motor.

A situação social é agravada pela expansão dos fenômenos de marginalidade e de violência. As estatísticas disponíveis indicam um aumento da delinquência, com um número sempre maior de crimes e de ocorrências policiais.

Tabla XI
Ocorrências policiais

	1973	1985	1992*
Crimes contra a pessoa	41.140	129.136	162.269
Crimes contra o patrimônio	61.128	277.627	332.617

Fonte: José PASTORE e OUTROS, 1991, p. 69
* Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, V2, p. 8, 1992. Fundação SEADE, S. P.

Tais números, porém, devem estar sub-estimados, já que as autoridades policiais apenas registram o que é levado a seu conhecimento e muitas pessoas não se queixam por diversas razões, inclusive o medo de represálias. De um modo geral, a criminalidade e a violência crescem nos anos mais recentes, em todas as áreas da metrópole, ainda que as zonas centrais mostrem os índices mais certos. O processo de anomia que já se vinha registrando tende a se agravar com a agravamento do desemprego e da pobreza, a disseminação do uso de drogas, a desorganização mais acentuada da vida familiar e o número crescente de crianças que vivem nas ruas e são, frequentemente, as vítimas preferidas de novas formas de violência. A delinquência não se limita, porém, às camadas consideradas inferiores da sociedade. Sabe-se, por exemplo, que nos últimos 3 anos, cerca de 5 a 10% dos delinquentes contabilizados pela polícia pertencem às classes médias. A própria polícia tem sua parte no aumento das estatísticas criminais: os incidentes com a polícia tem sua parte no aumento das estatísticas criminais: os incidentes com a polícia fizeram 165 mortos em 1983, 325 em 1986, 876 em 1991 e 1.350 em 1992. (P. C. Pinheiro, 1991, p. 95, e *Folha de São Paulo*, 31-5-1993).

O poder local encontra dificuldades financeiras crescentes para dar resposta à problemática da metrópole. A verdade, porém, é que a maior parte das Regiões Metropolitanas dispõe de reduzido poder de intervenção. A Emplasa, por exemplo, tem, sobretudo, importante função na coleta de dados e na informação geral, além da supracitada proteção aos mananciais, assim como na pes-

quisa e discussão de temas centrais da problemática metropolitana, ficando alguns aspectos decisórios, como os transportes metropolitanos, para outras esferas do governo estadual.

O financiamento das municipalidades que constituem a Região Metropolitana de São Paulo é problema que vem se agravando nos últimos anos, em virtude da persistência da recessão e do número crescente de desempregados e subempregados. Parte dos orçamentos municipais depende de transferências do Governo Federal (5,6% em 1990) e do Governo Estadual (45,1% em 1990), enquanto o restante resulta das receitas de taxas e impostos relativos aos próprios municípios. O Governo Federal transfere aos municípios uma parte de sua arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre a produção industrial, formando um Fundo de Participação cuja repartição é calculada em função da população (17% da arrecadação federal). Esse Fundo que acaba sendo mais importante para os municípios pequenos do que para os grandes porque estes se beneficiam mais largamente das outras formas de arrecadação fiscal. O Estado de São Paulo transfere aos poderes locais uma parte dos impostos sobre circulação de mercadorias e sobre serviços, assim como do imposto sobre a propriedade de veículos. Os municípios cobram diretamente impostos a atividade profissional, a propriedade territorial e predial, compra e venda de imóveis, vendas a varejo de lubrificantes líquidos e gasosos. Na região Metropolitana de São Paulo, o imposto sobre serviços (ISS), garantiu 60,1% da receita arrecadada em 1990, e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) assegurou 19,2% desses ingressos. Mas as municipalidades dispensam deste último tributo as famílias com menores rendas. O imposto sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos (IVVC) com 6% e o imposto sobre a transmissão «inter-vivos» de imóveis e direitos reais sobre imóveis (ITBI) com 4,3%, completam os 89,5%, enquanto o restante vem de diversas taxas (9,6) e da Contribuição de Melhoria (0,8%) cobradas dos proprietários beneficiados com obras públicas. Uma boa parcela da receita total (4,8%) foi obtida mediante operação de crédito, enquanto o pagamento dos serviços da dívida absorveu cerca de 6,1% da despesa, também em 1990. (EMPLASA, Sumário de Dados, 1992).

Enquanto os gastos municipais tendem a crescer na área de obras públicas, sobretudo com a abertura, conservação e renovação de vias públicas e a subvenção aos transportes públicos, há uma redução das despesas de tipo social, como educação, saúde e habitação. Estas, em relação ao ano anterior, perderam em 1994 cerca de 600 milhões de dólares. Um túnel para ligar as duas margens do rio Pinheiros e facilitar a circulação de veículos absorveu 185 milhões de dólares, num orçamento (de Município de São Paulo) próximo aos 3 bilhões de dólares.

PERSPECTIVAS

Que evolução pode ser esperada para São Paulo, nos próximos anos? Entre 1970 e 1980, a população da área metropolitana cresce de 4.600 mil novos habi-

tantes (enquanto a do Rio de Janeiro aumenta em 2.100 mil). Nesse período de grande incentivo governamental ao povoamento da Amazônia, esta acolhe dois milhões de pessoas enquanto São Paulo atrai 3.350 mil. imigrantes. São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total das pessoas que mudaram de residência no país, cerca de 40% do contingente que se dirigira às 9 Regiões Metropolitanas.

Os anos 80, apesar da expansão demográfica considerável, marcam uma queda no ritmo de crescimento. Enquanto as previsões atribuíam à cidade uma população beirando os 19 milhões em 1990, o Recenseamento de 1991 encontra apenas cerca de 15,2 milhões. Em lugar do quase meio milhão de novos habitantes cada ano, registrados na década de 70, a média anual entre 1980 e 1991 é de pouco mais de 250 mil. Em vez de crescer a uma taxa de 4,5% anuais (como em 1970-1980), o crescimento recente é de apenas 1,86%.

Esse movimento é quase tão surpreendente quanto o novo ritmo, bem menos acelerado, de crescimento da população brasileira, que cresce 1,93% anuais, em média, entre 1980 e 1991, quando no decênio anterior (1970-1980) crescia de 3,7% anuais. No caso do país tomado como um todo, a forte baixa de fecundidade (de 6,2 no período 1950-1955, para 3,5 no período 1980-1985) é o dado fundamental. No caso das Regiões Metropolitanas, a começar pela de São Paulo, a explicação mais consistente vem da combinação de dois fatores geo-econômicos fundamentais.

São Paulo é o epicentro dessas grandes transformações geo-econômicas, que se refletem no seu comportamento demográfico. Os raros dados disponíveis do Recenseamento de 1991 permitem verificar que é negativo o saldo migratório, tanto da cidade de São Paulo tomada isoladamente, como da Região Metropolitana de São Paulo, uma reversão de comportamento em relação às décadas anteriores.

Tabla XII
Saldo migratório

	1970-1980	1980-1991
Região Metropolitana.....	2.295.757	433.565
Município de São Paulo.....	1.143.946	902.432
Interior do Estado.....	751.239	838.231
Estado de São Paulo.....	3.083.173	404.666

Fonte: PERILLO, S. R. e ARANHA, V. J. «Tendências recentes na migração». In *São Paulo em Perspectiva*, V6(3), Jul./Set., 1992, Fundação SEADE.

Mas, nos municípios da Região Metropolitana (outros que o município de São Paulo), o saldo migratório é positivo. Também é assim no Estado de São Paulo tomado como um todo. Quem, na realidade, tem saldo migratório negativo é o Município de São Paulo.

Não há elementos para uma discussão aprofundada desses números, mas desde logo pode-se indagar se essa nova distribuição não é, em parte, uma resposta à realocização das indústrias e dos serviços. A participação da Região Metropolitana de São Paulo no valor da transformação industrial do Estado de São Paulo conhece um decréscimo desde 1970.

Tabla XIII
Distribuição percentual do valor da transformação industrial no estado de São Paulo

	1970	1975	1980	1987*
Grande São Paulo	74,7%	69,4%	62,9%	60%
Capital.....	48,2	44,0	34,8	31,1
Demais Municípios.....	26,5	25,4	28,1	28,9
Interior.....	25,3	30,6	37,1	40,0

Fonte: IBGE Censos Industriais, 1970, 1975, 1980.

* Fundação SEADE/Governo do Estado de São Paulo «São Paulo no limiar do Século XXI», V3, p. 190.

Que acontecerá se prossegue a atual tendência à reversão da polarização? De um ponto de vista administrativo, já que boa parte das realocizações industriais está se dando nas vizinhanças de São Paulo, os próprios limites da Região Metropolitana podem ser discutidos. Tal vez mais importante do que isso, a questão que se coloca é a do conteúdo econômico dessa vasta aglomeração, já que uma parcela significativa das atividades do terciário superior também se desloca para municípios periféricos, enquanto continuam se instalando, dentro da aglomeração, atividades com menor densidade de capital.

A tendência à fuga das atividades dinâmicas é paralela ao aumento do número de pobres urbanos e à sua instalação em distritos centrais, o que certamente trará conseqüências de um ponto de vista social, além do efeito negativo sobre a arrecadação de impostos. Se a presente redistribuição dos recursos fiscais não é modificada, o município de São Paulo e muitos outros da Região Metropolitana poderão ter grandes dificuldades de gestão. A solução dos atuais problemas ficará ainda mais distante.

Nas condições atuais, a administração é chamada a prover, ao mesmo tempo, demandas prementes das empresas, que reclamam infraestruturas econômicas e da população, que necessita de infraestruturas sociais.

Até o fim dos anos 70, havia recursos locais, nacionais e internacionais (estes na forma de empréstimos externos) para renovar a rede viária e dotar a aglomeração de outras infraestruturas. Mais recentemente, todos esses recursos foram reduzidos. O setor menos atendido, como antes, é o das infraestruturas sociais.

Para enfrentar esses graves problemas, a Região Metropolitana de São Paulo praticamente não conta com mecanismos administrativos integrados. Graças a um decreto do Governo Federal, foram criadas, em 1974, nove Regiões Metropolitanas (inclusive a de São Paulo) cujo objetivo era, exatamente, essa integração. Uma das consequências foi a criação de um organismo dotado de estruturas administrativas menos burocráticas, a EEMPLASA (Empresa Metropolitana da Grande São Paulo) cujas atividades principais se situavam na área dos transportes e da defesa dos mananciais de água. Desse modo, a maioria dos problemas deve ser enfrentada por cada municipalidade isoladamente, afora as intervenções, em certos casos, do Governo Estadual e do Governo Federal.

São Paulo deve continuar crescendo, ainda que a um ritmo menos rápido. Mesmo que seu crescimento demográfico se tornasse nulo, a quantidade e a gravidade dos problemas atualmente existentes demandará um enorme esforço para encontrar as soluções adequadas. Se a economia metropolitana voltar a crescer nos diversos setores, expandindo o emprego e ampliando a massa salarial, isso certamente trará alívio à crise urbana atual. De qualquer forma, é indispensável uma redistribuição dos recursos fiscais que atribua maiores possibilidades de intervenção ao poder local.

ABRIL 1994

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 1991, (1993); São Paulo, Fundação SEADE.
- AZZONI, Carlos Alberto (1987): «Rentabilidade da indústria no interior de São Paulo». *Folha de São Paulo*, 21/03.
- CLARO, Luiz Fernando T. (1985): «Notas para discussão: Região Metropolitana e cidades médias no Estado de São Paulo». *Revista do SIAM*, Año 3, n.º 15.
- CORDEIRO, Helena K. (1988): «Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro». *Boletim de Geografia Teórica*, Año 16-17, n.º 31-34, pp. 153-196.
- CORDEIRO, Helena K. (1990): «A modernidade do espaço brasileiro através da rede nacional de telex». *Revista Brasileira de Geografia*, Año 52, n.º 1, jan./mar.
- DEFECCA, C. S. e MONTAGNER, P. (1992): «Crise econômica e desempenho do terciário». In *São Paulo em Perspectiva*, V 6, n.º 3, jul./set, Fundação SEADE.
- (O) *Estado de São Paulo*, diversas edições.
- FERREIRA, Carlos Eugênio Carvalho (1990): «Uma comparação entre a Grande São Paulo e o Interior do Estado». *Conjuntura Demográfica*, n.º 9, São Paulo, Fundação SEADE.
- Folha de São Paulo*, diversas edições.
- FUNDAÇÃO SEADE (1992): *São Paulo no Limiar do Século XXI*, vol. 3, p. 190.
- GONÇALVES, M. F. e SEMEGHINI, V. C. (1990 y 1992): «A modernização do setor terciário paulista». *São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, n.º 3, jul./set.
- GUNN, Philip (1985): *Notas sobre o rebatimento da crise na metrópole de São Paulo*, dez. (Mimeo).
- NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F. e CANO, W. (1988): *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo*, São Paulo, Fundação SEADE.

- PASTORE, José e OUTROS (1991): *Crime e Violência Urbana*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo.
- PERFIL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS (1989): São Paulo, Fundação SEADE.
- PERILLO, S. R. e ARANHANA, V. J. (1992): «Tendências recentes na migração». In *São Paulo em Perspectiva*, V6, n.º 3, jul./set. Fundação SEADE.
- PESQUISA EMPREGO-DESEMPREGO, (1993): São Paulo. Fundação SEADE.
- P.N.A.D. (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DOMICILIAR) (1971, 1976, 1981, 1986, 1988, 1990): Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1991): «Violência Fatal: Conflictos Policiais em São Paulo». São Paulo, *Revista da Universidades de São Paulo*.
- PINHEIRO, Paulo S. (1992): *São Paulo: People on the margin and civil society*, comunicação à Conferência sobre A Cidade e o Direito, N. York City University, 10-11 set (Mimeo).
- SANTOS, Gabriel Ferrato dos (1992): «A capacidade produtiva da rede de assistência médica», *São Paulo em Perspectiva*, Ano 6, n.º 4, out. Dez, pp. 29-37.
- SANTOS, Milton (1990): *São Paulo, Metrópole Corporativa Fragmentada*, São Paulo, Editora Nobel.
- VERAS, M. e PASTERNAK TASCHNER, S. (1992): *Evolução e Mudanças nas favelas Paulistanas*, São Paulo (Mimeo).

RESUMEN

São Paulo, una evolución contradictoria.

El análisis geográfico de una de las mayores megaciudades mundiales, São Paulo (Brasil), constituye el objeto de este trabajo. Tres aspectos fundamentales se consideran: la producción de la actual metrópoli, la reciente y compleja involución metropolitana, y los graves problemas de vivienda, transporte, educación, salud, marginalidad y violencia existentes en esa conflictiva megaciudad. Unas reflexiones sobre sus perspectivas cierran el artículo.

ABSTRACT

São Paulo, a contradictory evolution.

One of the greatest mega-cities in the world, São Paulo (Brazil) is geographically analyzed. Three main aspects are taken into account: how the present metropolis was created, the recent and complex metropolitan involution, the serious problems in housing, transportation, education, health, marginality and violence of such a mega-city. The paper closes with some remarks on the city's perspectives.

RESUMÉ

Sao Paulo, une évolution contradictoire.

L'analyse géographique d'une des plus grandes megavilles mondiales, Sao Paulo (Brésil), est le but de ce travail. On considère trois aspects fondamentaux:

la production de la métropole actuelle, la récente et complexe involution métropolitaine et les graves problèmes de logement, transport, enseignement, santé, marginalité et violence existant dans cette conflictive megaville. Des réflexions sur ses perspectives font le point final de cet article.